



ORIENTE MÉDIO

Cisjordânia fechada

Às vésperas da eleição, Benjamin Netanyahu ordena cerco completo ao território palestino, após ataque extremista que deixou dois soldados israelenses mortos, em Hebron. Ministro da Segurança Nacional pede proibição total à livre circulação

» RODRIGO CRAVEIRO

A quatro dias das eleições legislativas de 27 de outubro, o premiê de Israel, Benjamin Netanyahu, ordenou o “fechamento total” da Cisjordânia e anunciou que o Exército realizará “operações de larga escala” que incluirão a remoção de moradores do território palestino. A medida foi uma resposta a um ataque perpetrado por dois homens armados, que matou dois soldados, de 20 e 23 anos, e feriu outros três militares, perto de um posto de controle na cidade de Hebron.

Os extremistas foram abatidos pelas Forças de Defesa de Israel (IDF). Em visita a Hebron, vestindo colete à prova de balas, Netanyahu afirmou que as tropas implementarão, nas cidades, o “modelo bem-sucedido de ofensiva” empregado nos campos de refugiados. “As IDF entrarão nos bairros de onde os terroristas partiram, evacuarão os moradores, percorrerão casa por casa e destruirão a infraestrutura terrorista. Estamos preparados para uma operação de grande escala na Judeia e em Samaria”, declarou, ao citar o nome que os judeus usam ao referirem-se à Cisjordânia.

Por sua vez, Israel Katz, ministro da Defesa israelense, disse que “o modelo do campo de refugiados de Jenin chega a Hebron”. “Todos os bairros de Hebron, associados a clãs específicos, de onde os terroristas partiram hoje (ontem), terão seus moradores retirados, e a infraestrutura terrorista presente nessas áreas será alvo de intervenção e desmantelada”, reforçou. “Essa é a única linguagem que o terrorismo jihadista compreende. Assim como em Gaza, assim como no Líbano.” As IDF divulgaram um vídeo que mostra soldados mobilizados nas ruas de Hebron.

A troca de tiros entre extremistas palestinos e militares israelenses durou cerca de 20 minutos. Pego de surpresa enquanto se dirigia a uma reportagem, um fotógrafo da agência France-Presse (AFP) testemunhou

Hazem Bader/AFP



Dois militantes armados são flagrados durante troca de tiros em um posto de controle do Exército israelense em Hebron

o atentado e viu os corpos dos militantes no chão, sob a vigilância de um soldado.

Também em visita ao local do atentado, o ultradireitista Itamar Ben-Gvir, ministro da Segurança Nacional, lamentou uma “dura manha” e defendeu o completo bloqueio de circulação de pessoas dentro da Cisjordânia. “Precisamos desmantelar essa coisa chamada Autoridade Palestina. Não pode haver uma situação em que, na Judeia e em Samaria, tenhamos um Estado

de terror. Precisamos desmantelá-la; precisamos interromper a circulação. A liberdade de movimento dos residentes da Autoridade é menos importante do que o nosso direito à vida.”

Transtornos

Morador de Hebron, o ativista palestino Issa Amro — fundador do movimento Jovens contra os Assentamentos — passou

parte do dia em Dura, a 12km da cidade. Levou cinco horas para chegar em casa. Ele contou ao **Correio** que o incidente envolvendo palestinos e soldados israelenses ocorreu na entrada da cidade. “Depois do tiroteio, as IDF isolaram Hebron e fecharam 40 postos de controle nas entradas e saídas. As pessoas estão presas dentro de suas casas”, relatou. “O Exército israelense começou as batidas nas casas e a deter pessoas. Também disparou contra palestinos,

Hazem Bader/AFP



Um dos palestinos reage, é alvejado e dispara contra os militares

Hazem Bader/AFP



Soldado diante do corpo de um extremista, abatido durante o tiroteio

ferindo alguns deles. Casas de palestinos e estabelecimentos comerciais começaram a ser demolidos. Isso é algo insano.”

De acordo com Amro, moradores de Hebron mostram preocupação com o acesso aos hospitais, a alimentos e a combustíveis. “Não nos sentimos seguros. Dispomos de mínimos serviços em nossas casas e em nossos bairros”, disse. Ele lembrou que a decisão de Netanyahu de fechar a Cisjordânia é algo que não ocorria desde 1967.

VATICANO

Papa cancela viagem a Assis e começa imunoterapia

O Vaticano confirmou ontem que o papa Leão XIV não comparecerá, na semana que entra, a um encontro pela paz na cidade italiana de Assis, berço de São Francisco. Por orientação médica, o pontífice seguirá tratamento por medicação de imunoterapia para evitar recidiva do adenocarcinoma removido do pulmão por cirurgia, no último dia 13. O nódulo, de 2,5 cm, foi identificado como da

variante cancerígena mais comum no tecido pulmonar, afetando inclusive a não fumantes. Não foi identificada a presença de células cancerígenas em áreas próximas nem na corrente sanguínea, e desde que teve alta hospitalar, no sábado, Leão XIV apresenta recuperação satisfatória e retoma as atividades gradualmente.

“Com o objetivo de favorecer a

recuperação, e seguindo o conselho dos médicos, o papa não poderá estar presente em Assis em 27 de outubro, como estava previsto, para o encontro Paz desarmada e desarmante”, indicou a Santa Sé, em uma nota. A informação sobre o tratamento com o Pembromizulabe, prestada pelo hospital Gemelli, de Roma, se segue ao anúncio de que não seria necessária nenhuma terapia oncológica

adicional. A indicação do medicamento teria se baseado na presença, detectada em exames, de proteínas que tornam o organismo propício a reagir positivamente à medicação.

Na impossibilidade de viajar para Assis, o pontífice enviará uma “mensagem endereçada aos organizadores, líderes e representantes das confissões e religiões cristãs, assim como aos convidados presentes” ao encontro,

organizado por ocasião do 40º aniversário da Jornada Mundial de Oração pela Paz, informou a Santa Sé. Embora o deslocamento tenha sido cancelado, Leão XIV, de 71 anos, está retomando gradualmente as atividades habituais e compareceu à audiência semanal na Praça de São Pedro, na quarta-feira. No domingo, proferiu do balcão do Vaticano a oração do Angelus.

CONEXÃO DIPLOMÁTICA



POR SILVIO QUEIROZ
SILVIOQUEIROZ.BSB@GMAIL.COM

ARTICULAÇÃO EXTERNA SUJEITA A TESTE

As próximas 48 horas, ou pouco mais, vão colocar à prova a eficácia das manobras operadas nas últimas semanas pela diplomacia brasileira com vistas ao segundo turno da eleição presidencial. Sem chamar a atenção, como é de praxe nesse tipo de operação, enviados e emissários, além de interlocutores de nível mais elevado, colocaram empenho em inibir qualquer tipo de manifestação imediata sobre a legitimidade dos resultados a serem anunciados para a disputa pelo Planalto, na noite de domingo.

Não é demais que, quatro anos atrás, o pronto reconhecimento da Casa Branca à vitória de Lula, ainda que contestada pelo entorno do então presidente Jair Bolsonaro, é tido ainda hoje como um dos elementos centrais para fazer gorar a tentativa de golpe de Estado. O rápido endosso de Joe Biden ao resultado proclamado pelo TSE inibiu, entre setores militares, qualquer tentação de aderir à “virada de mesa” insinuada, meses antes, por seguidores da candidatura governista derrotada nas urnas.

Hoje, o panorama em Washington é distinto — na verdade, oposto. Se Joe Biden, por

diferentes razões, era refratário a Bolsonaro, Donald Trump consentiu na costura de relações algo próximas com o “filho 03” do ex-presidente. Foi recatado diante dos números do primeiro turno, que deram vitória ao “01”, como a família se refere a Flávio Bolsonaro. Mas jamais desautorizou aqueles, em sua equipe, que colocaram em questão os resultados e declararam a priori como fraudulento qualquer resultado, no tira-teima, que não seja a vitória da extrema-direita trumpista.

Machado de Assis

Como recomendam a experiência e a prática da diplomacia profissional, o Itamaraty colocou empenho, enfatizado nas últimas semanas, em garantir o aval internacional ao resultado proclamado e referendado pelo TSE. Não se encontram, na mídia, pronunciamentos explícitos do chanceler Mauro Vieira ou de outros expoentes do MRE. Mas os enviados aos postos mais influentes, sobretudo na Europa, foram engajados na missão de assegurar que os governos que os reconhecem mantenham uma postura de não

interferência e se prestem a reconhecer os números oficiais, assim que referendados pela autoridade eleitoral.

Mais do que assegurar o reconhecimento do eleito, seja quem for, o que está em pauta para a diplomacia profissional é sedimentar as relações de Estado, acima das afinidades — os desavenças — possíveis entre governos. E, naturalmente, as tratativas seguem o cânone de discrição resumido por Machado de Assis em *Esau e Jacó*, pela voz do personagem Conselheiro Aires: “Descobrir e encobrir: toda a diplomacia está contida nesses dois verbos parentes”.

CEP confirmado

O endereço principal da iniciativa, embora não anunciado, é pouquíssimo menos que explícito. Com Trump na Casa Branca e Marco Rubio no Departamento de Estado — sem falar nas escaramuças comerciais-tarifárias e na aplicação da Lei Magnitsky a ministros do STF, Itamaraty e Planalto sabem que Washington é o endereço exato das preocupações. Em particular diante do prognóstico de um

resultado apertado, uma derrota de Flávio Bolsonaro, o candidato que tem as bênçãos do trumpismo, tende a ser contestada. Eventuais questionamentos por parte de sua campanha têm boas chances de ganhar o respaldo do Departamento de Estado.

Diferentemente de quatro anos atrás, a diplomacia estadunidense tem agora como prioridade instalar na América Latina governos submissos, ou ao menos complacentes com seus planos de hegemonia hemisférica. Depois de instalar aliados praticamente em toda a América do Sul, Trump e Rubio não escondem que o Brasil é a joia da coroa.

Porto seguro

Não por acaso, é na Europa que Planalto e Itamaraty apostam as fichas na tentativa de bloquear uma eventual contestação dos resultados por parte de Trump. A ideia é cercar o processo de uma espécie de redoma internacional, ainda que a parte perdedora questione a derrota por margem mínima — a julgar pelo que as pesquisas indicam. Em qualquer caso, o teor da costura com os europeus

é garantir que nenhum governo tome posição antes que a autoridade eleitoral brasileira proclame um resultado.

Antecedente

A referência, no caso, é a polêmica reeleição de Nicolás Maduro, na Venezuela, em julho de 2024. Na ocasião, o próprio governo Lula, empossado um ano e meio antes, absteve-se de reconhecer o resultado como legítimo. À contestação de Washington seguida por governos europeus e latino-americanos, seguiu-se o impasse político que culminou com a incursão militar estadunidense em Caracas, em janeiro passado, e o sequestro do presidente, hoje réu em Nova York por narcotráfico e outras acusações.

Com praticamente todos os vizinhos de porta alinhados com a Casa Branca e o Departamento de Estado, a diretiva, na Esplanada, é assegurar o respaldo externo mais amplo possível para o processo eleitoral que se encerra amanhã — salvo intercorrências de desdobramento imprevisível.